

O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR: SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA

Submetido em: 20/4/2025

Aceito em: 12/12/2025

Publicado em: 24/3/2026

Angela Maria dos Santos Rufino¹

Luiz Antonio Gomes Senna²

Simone Cordeiro Oliveira-Pinheiro³

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2026.123.17199>

RESUMO

Este estudo analisa os sentidos atribuídos à farda escolar em um estado do sudoeste amazônico brasileiro. Por meio de análise qualitativa e documental, investiga-se o uniforme em uma rede pública de ensino localizada na Amazônia Ocidental, com ênfase nos elementos visuais e textuais que naturalizam corpos e silenciam identidades locais. A metodologia articula três movimentos: análise visual do artefato, crítica à legislação educacional e proposta decolonial de reconcepção estética. Fundamentado em teóricos como Foucault,

¹ Universidade Federal do Acre - UFAC. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cruzeiro do Sul/AC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8770-9586>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1086-8829>

³ Universidade Federal do Acre - UFAC. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens. Cruzeiro do Sul/AC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7832-3801>

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

Bourdieu e Bakhtin, o estudo mobiliza uma abordagem dialógica para orientar a interpretação dos achados. Os resultados apontam que a padronização, embora justificada por discursos de igualdade, reforça exclusões ao impor signos aristocráticos. Como alternativa, propõe-se substituir lemas coloniais por expressões indígenas, incorporar grafismos locais e cores inspiradas na biodiversidade, o que transforma o uniforme em instrumento de resistência cultural. Conclui-se que a farda, longe de se reduzir a um artefato neutro, pode ser lida como documento político.

Palavras-chave: Farda escolar; Decolonialidade; Violência simbólica; Currículo oculto; Amazônia.

**THE BODY THE UNIFORM CANNOT STITCH: SIGNS, SILENCES, AND
PLURALITIES IN AMAZONIAN EDUCATION**

ABSTRACT

This study analyzes the meanings attributed to school uniforms in a state in the southwestern Brazilian Amazon. Through qualitative and documentary analysis, a public school uniform is examined, highlighting visual and textual elements that naturalize bodies and silence local identities. The methodology articulates three movements: visual analysis of the artifact, critique of educational legislation, and a decolonial proposal for aesthetic reconfiguration. Grounded in theorists such as Foucault, Bourdieu, and Bakhtin, whose dialogical approach guided the analysis of findings, the study reveals that the uniform functions as a technology of control by reproducing symbolic violence, excluding Indigenous languages and Amazonian epistemologies. The results indicate that standardization, though justified by discourses of equality, reinforces exclusion by imposing aristocratic symbols. As an alternative, the study proposes replacing colonial mottos with Indigenous expressions, incorporating local graphic elements, and adopting colors inspired by biodiversity, thereby transforming the uniform into an instrument of cultural resistance. The conclusion asserts that the school uniform is far from neutral; it is a political document whose redesign can

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

reconfigure the school as a plural space, where the student body ceases to be a mere support for power and becomes a territory for dialogue between ways of knowing.

Keywords: School uniform; Decoloniality; Symbolic violence; Hidden curriculum; Amazon.

1.Introdução

No clarão mudo das imagens que vestem o cotidiano escolar, há símbolos que se impõem antes mesmo da primeira palavra em sala de aula. A farda escolar, por vezes naturalizada como elemento funcional ou estético, opera como superfície de inscrição de sentidos políticos, históricos e culturais. Mais do que padronizar corpos, ela modela subjetividades, delimita pertencimentos e projeta, silenciosamente, os contornos simbólicos de uma escola pública em permanente disputa por significados.

Neste cenário, torna-se urgente interrogar os signos que atravessam o vestuário escolar, sobretudo em contextos marcados pela diversidade cultural e linguística, como é o caso da Amazônia Ocidental. A presença de lemas em latim, brasões estatais e elementos heráldicos no uniforme de estudantes da rede pública suscita questões sobre identidade, autoridade e silenciamento. Quando um corpo infantojuvenil carrega sobre o peito a inscrição *Nec luceo pluribus impar*, vinculada a uma tradição simbólica historicamente associada a Luís XIV, o que está, de fato, sendo comunicado?

É no entrecruzamento entre a política do vestuário e a pedagogia do poder que este estudo se fundamenta. O objetivo é analisar a farda escolar utilizada por uma rede pública de ensino localizada na Amazônia Ocidental, compreendendo-a como um documento simbólico. Nesse contexto, o vestuário escolar é abordado como um artefato discursivo que produz e reforça narrativas institucionais, atuando como um texto visual que se inscreve e se interpreta por meio do corpo.

Na cadência dos gestos que precedem a palavra escrita, este estudo se inscreve no campo das investigações qualitativas e documentais, centrando-se na análise crítica de um uniforme escolar adotado por uma rede pública de ensino situada na Amazônia Ocidental. A partir da imagem fotográfica de uma peça fardada pode se interpretar os dispositivos simbólicos e suas implicações para a construção de identidades e desigualdades no espaço

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

educacional. A farda, longe de ser um artefato neutro, é aqui tomada como superfície de inscrição de valores institucionais, política visual de pertencimento e expressão material de um currículo oculto.

À luz dos que pensaram o poder antes que ele se tornasse visível no tecido, a fundamentação teórica ancora-se em autores que tensionam o corpo, o signo e a pedagogia. Michel Foucault (2014), em *Vigiar e Punir*, permite compreender o uniforme como tecnologia de controle disciplinar. Pierre Bourdieu (1983), ao problematizar as violências simbólicas sutis, contribui para a leitura da padronização como forma de mascaramento das desigualdades.

Stuart Hall (2006) traz a noção de identidade como construção cultural e discursiva, oferecendo chaves para ler a farda como texto. Tomaz Tadeu da Silva (2000) elabora o conceito de currículo oculto e sua ação sobre os corpos ao revelar a função reguladora do vestuário. Já Michael Apple (2003) e Miguel Arroyo (2012) ajudam a compreender a contradição entre os discursos igualitários da escola pública e a persistência de práticas excludentes, especialmente no que diz respeito à corporalidade e ao pertencimento institucional.

No entrelaço entre olhar e interpretação, forma-se o campo dos procedimentos metodológicos, que se organiza em três movimentos analíticos. O primeiro deles consiste na análise documental do uniforme, em que se descrevem aspectos visuais da peça em uma sutil tentativa de naturalizar corpos e invisibilizar diversidades regionais (Bourdieu, Arroyo).

No segundo movimento, o gesto interpretativo se curva às normas que regem a própria ideia de escola ao incorporar à análise aspectos da legislação educacional brasileira. No sopro oculto das intenções normativas que sussurram sobre os bancos escolares, a obrigatoriedade do uniforme padronizado, instituída pela alteração do art. 70 da LDB, revela mais que um gesto de organização visual: encobre, sob o véu da igualdade, uma operação de silenciamento das pluralidades.

O que se apresenta como política pública de inclusão pode, na prática, atuar como mecanismo de padronização simbólica ao esvaziar as expressões culturais de povos originários, comunidades tradicionais e realidades periféricas. A estética imposta apaga histórias bordadas por vivências únicas, enquanto a escuta das comunidades escolares

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

permanece ausente do processo de decisão, um paradoxo entre a intenção declarada e o efeito concreto da lei. Já o Projeto de Lei nº 2728/2007 permite refletir criticamente sobre a padronização como estratégia de homogeneização cultural e disciplinar, em contradição com os princípios de inclusão e diversidade.

Como quem redesenha com linhas de ancestralidade e chão molhado de memória, o terceiro movimento propõe uma abertura decolonial para o debate. Em vez do lema latino, cujo conteúdo é incompreensível para a maioria dos estudantes e provém de um universo aristocrático europeu, sugere-se a incorporação de expressões indígenas em línguas da família Pano, o que resgata registros culturais da região. Na mesma direção, propõe-se o *redesign* do uniforme com grafismos locais e cores que evoquem a floresta, os rios e os modos de vida amazônicos, em diálogo com as críticas de Silva e Arroyo ao currículo oculto e às formas simbólicas de exclusão.

No contorno das escolhas metodológicas, reconhece-se a finitude da própria lente investigativa. O escopo empírico se limita à análise de uma peça de uniforme, não permitindo generalizações, mas que oferece profundidade crítica a partir de um olhar minucioso sobre os signos que se impõem sobre o corpo escolar.

No tear das ausências que bordam o invisível, a análise do uniforme escolar como discurso materializado revela-se afinada com a dialética bakhtiniana do signo vivo. Ao desvendar o lema latino *Nec luceo pluribus impar* como enunciado atravessado por intencionalidades históricas em conflito, o texto expõe a natureza dialógica do símbolo: o brasão estatal não é ícone mudo, mas voz que ecoa projetos coloniais, enquanto o silêncio das línguas indígenas tensiona-se como réplica não ouvida.

Para Bakhtin, nenhum discurso existe em vácuo, e aqui, a farda é arena de vozes em colisão, onde a autoridade monológica do Estado cala, mas não apaga, os murmúrios da floresta. A técnica, assim, desdobra a carnificina simbólica de um diálogo truncado, onde o poder veste seus interlocutores de espectadores.

A crítica ao uso do latim na farda escolar encontra respaldo na perspectiva bakhtiniana, sobretudo na noção de excedente de visão, ao permitir que um olhar externo à lógica institucional revele a falsa neutralidade desse signo. Desse modo, a proposta de substituir brasões europeus por grafismos indígenas ultrapassa o gesto de denúncia e passa

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

a afirmar outra possibilidade de sentido para o uniforme, agora compreendido como espaço de reconhecimento simbólico e de inscrição legítima da memória indígena. Nessa direção, a análise permite compreender a farda como superfície de disputa discursiva, na qual signos herdados de tradições exógenas podem ser tensionados pela presença de repertórios culturais historicamente marginalizados, inclusive por meio de referências a línguas da família Pano e a grafismos vinculados ao território amazônico.

A metodologia adotada também pode ser aproximada da noção bakhtiniana de gênero discursivo como prática social. O uniforme, nessa chave, não é lido como artefato isolado, mas como enunciação institucional atravessada por normas, valores e hierarquias. Ao mesmo tempo, sua leitura crítica evidencia que os signos inscritos no vestuário escolar não se esgotam na intenção oficial que os produz, pois se expõem a deslocamentos de sentido, tensões interpretativas e disputas de pertencimento. A análise, assim, revela o caráter inacabado desse discurso: o Estado enuncia, mas nem sempre escuta; a escola padroniza, mas não necessariamente inclui. É nesse intervalo que a farda se torna um campo expressivo de contradições entre regulação, memória e resistência.

Entre os vãos das costuras e os limites do discurso pedagógico, a articulação entre teoria, imagem e materialidade se distribui ao longo das seções que compõem este trabalho. A primeira seção traça reflexões iniciais sobre o fardamento escolar como tecnologia de disciplina, com base em Foucault, Bourdieu e Schwarcz, esta última ilumina o vínculo entre uniformes brancos e ideologias eugenistas no Brasil. A segunda seção mergulha nas inscrições simbólicas presentes na farda, com foco no brasão e no lema em latim, o que mobiliza as contribuições de Hall, Silva, Arroyo e Apple para discutir o poder de exclusão cultural dos signos silenciosos.

Como quem deseja escrever com o corpo aquilo que a escola não ousa dizer, a contribuição desta pesquisa reside em desvelar o uniforme escolar como artefato colonial e reprodutor de hierarquias, propondo alternativas simbólicas, estéticas e epistemológicas que valorizem a diversidade regional e desafiem a neutralidade aparente da escola pública. Ao invés de instrumento de homogeneização, o uniforme pode tornar-se linguagem e ao se tornar linguagem, pode também ser resistência.

O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR: SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA

Ao iluminar o que as dobras do uniforme ainda tentam ocultar, este estudo busca contribuir para o debate sobre a construção simbólica da identidade escolar e para a reconfiguração crítica dos signos que habitam o cotidiano educacional, onde até mesmo o bordado de uma farda pode carregar séculos de poder, exclusão e disputa.

2. Fardamento escolar: algumas reflexões

Ao reinscrever a noção de “inérito viável” como gramática ética de transformação no Sul Global, torna-se possível ler a farda escolar amazônica como política semiótica e linguística que administra inteligibilidades e pertencimentos: o lema em latim e a heráldica exógena, sob a aparência de igualdade, produzem opacidade, hierarquizam repertórios e reiteram uma colonialidade que converte o corpo discente em suporte de signos alheios; em contrapartida, a reconfiguração estética do uniforme com línguas originárias e grafismos territoriais desloca a indumentária da disciplina para a interlocução, abrindo o currículo visível e o oculto a uma pluralidade que assume estatuto epistêmico no cotidiano escolar (Freire, 2000; Rosa; Silva; Diniz, 2024).

Rumo a uma reconcepção decolonial do fardamento, a dialogicidade freireana, tal como tratada no debate sobre internacionalização educativa, oferece um eixo teórico para retirar o uniforme do monólogo estatal e reinscrevê-lo como texto público de escuta, coautoria e reciprocidade cultural. Nessa chave, o redesenho proposto no estudo sobre a farda na Amazônia Ocidental ganha densidade política ao deslocar o lema aristocrático e os emblemas exógenos para signos produzidos em pacto com territorialidades, línguas originárias e memórias locais, de modo que a igualdade deixe de significar homogeneização e passe a significar reconhecimento plural do corpo escolar como interlocutor legítimo no currículo vivido (Andrade; Nascimento, 2024).

À luz dos conflitos que permeiam os tecidos do passado, observa-se que o uso da indumentária escolar tem raízes profundas na história da educação ao emergir como resposta a conflitos sociais e culturais. No século XVI, em uma Europa marcada pela rigidez de classes e pela influência da Reforma Protestante, a padronização do vestuário estudantil surgiu como uma ferramenta pedagógica e política. Instituições religiosas, como as escolas ligadas à Igreja Anglicana, e organizações filantrópicas voltadas para crianças pobres ou

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

órfãs enxergaram no uniforme um mecanismo para neutralizar as disparidades econômicas que se manifestavam até nas roupas (Ariès, 1981; Foucault, 1987).

Como reluzente vestígio de tempos regimentados, um exemplo emblemático é a *Christ's Hospital School*, fundada em Londres em 1552 durante o reinado de Eduardo VI. Conhecida como "escola dos casacos azuis" (*Bluecoat School*), adotou um uniforme distintivo: longas túnicas azuis (cor associada à humildade), meias amarelas e cintos de couro. Esse traje não apenas apagava simbolicamente as diferenças entre nobres e plebeus, mas também servia como uma "segunda pele" institucional ao reforçar a identidade coletiva em detrimento da individualidade. A escolha do tecido resistente (lã) e do modelo padronizado refletia, ainda, um projeto de disciplina moral: as roupas simples inibiam vaidades o que canalizava a atenção dos alunos para os estudos (Foucault, 1987; Schwarcz, 1993).

Tecendo-se no entrelaçar da história escolar, essa prática rapidamente se disseminou por outras instituições, como os colégios jesuítas, que combinavam uniformes austeros com regras rígidas de comportamento e as Escolas de Caridade (*Charity Schools*), que vestiam crianças carentes com trajes uniformizados para integrá-las à estrutura social vigente. Não por acaso, o uniforme escolar do período estava intrinsecamente ligado a ideais de controle, ordem e homogeneização, valores que ecoavam tanto na pedagogia religiosa quanto nas primeiras políticas públicas de educação (Elias, 1994; Hochman, 1998).

Quando o silêncio das fardas denuncia ausências, essa invisibilidade é evidenciada na narrativa de Amado, onde Pedro Bala, o líder dos Capitães, sequer conhece a sensação de carregar uma mochila ou usar sapatos sociais, figurinos do "bom aluno" propagado pelo Estado Novo (Candido, 1970; Schwarcz, 1993).

No compasso simbólico entre tecido e ideologia, o fardamento escolar sempre teve objetivos práticos e simbólicos ao funcionar como um dispositivo pedagógico que transcende o simples ato de vestir, quais sejam: (a) Igualdade, ou seja, neutralizar hierarquias, construir coletividade: A padronização do traje escolar surge, em primeiro lugar, como um equalizador social. Ao uniformizar corpos, busca-se apagar marcas de desigualdade econômica que se manifestam em marcas de roupas, tênis de grife ou acessórios luxuosos.

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

Decerto, a escola reproduz estruturas de poder, mas o uniforme tenta criar um "habitus provisório", onde todos são simbolicamente nivelados (Bourdieu, 1998; Foucault, 1987). No Japão, por exemplo, o "*seifuku*" (uniforme) é tão rigoroso que até as meias e mochilas são regulamentadas para evitar competições por *status*. No Brasil, em escolas públicas de periferia, o uniforme muitas vezes mascara a realidade de alunos que dividem a mesma peça de roupa por falta de recursos, mas também os protege do estigma da pobreza.

Além disso, ao eliminar "distrações estéticas", como decotes ou roupas extravagantes, o uniforme reforça a ideia de que a escola é um espaço de neutralidade cognitiva, onde o foco deve ser o aprendizado, não a aparência (Bourdieu, 1998; Silva, 2000).

(b) Segurança, quer dizer, visibilidade e controle no espaço público: O uniforme escolar atua como uma carteira de identidade visual ao facilitar a vigilância institucional e comunitária. Em cidades grandes, como São Paulo ou Cidade do México, alunos uniformizados são rapidamente identificados em estações de metrô, praças ou comércios, o que permite ações como monitoramento contra evasão pois os professores reconhecem que os alunos que deveriam estar em aula; proteção em situações de risco em caso de acidentes ou conflitos, a identificação imediata agiliza o socorro; barreira simbólica contra intrusos, principalmente, em escolas com altos muros e portões fechados, o uniforme vira um "selo de pertencimento" ao dificultar a entrada de pessoas não autorizadas (Foucault, 1987; Brasil, 1996).

A propósito, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), o uniforme ganhou conotações ainda mais disciplinares, sendo usado para coibir "comportamentos subversivos", como o uso de minissaias ou cabelos longos, associados à contracultura (Fico, 2001; Schwarcz, 1993).

(c) Disciplina, isto é, ritualizar a vida escolar: O uniforme não veste apenas corpos; veste normas. Ao adotá-lo, o aluno internaliza que está em um espaço regrado, onde gestos, posturas e até a forma de amarrar o tênis são codificados. Esse processo de disciplinarização, teorizado por Michel Foucault, transforma o uniforme em uma extensão da arquitetura escolar: assim como salas enfileiradas e sinetas marcam o tempo, a roupa padronizada molda comportamentos (Foucault, 1987; Carvalho, 1996).

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

Entre normas e fardas que organizam o pertencimento, em colégios militares, o traje institucional inclui insígnias, boinas e posturas corporais (como marchar), o que reforça hierarquias e valores como "honra" e "dever". Já em escolas religiosas, o traje muitas vezes incorpora símbolos como cruzes ou véus, o que alia a disciplina moral à pedagógica (Foucault, 1987; Carvalho, 1996).

Como em uma dança silenciosa entre pertencimento e distinção, o uniforme promove pertencimento identitário. Em eventos esportivos ou competições entre escolas, as cores e logos nas camisas viram emblemas de orgulho coletivo, como ocorre nas tradicionais gincanas de colégios paulistanos. Paradoxalmente, mesmo massificando, o uniforme cria uma "tribo" e todo adolescente, como bem sabem os teóricos da juventude, anseia por tribos (Maffesoli, 1987; Candau, 2000).

Diante do dilema entre norma e equidade, a regulamentação do uniforme escolar no Brasil reflete um equilíbrio tenso entre autonomia institucional e garantia de direitos, ancorado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) que por sua vez, alinha-se ao Art. 206 da Constituição Federal, que veda práticas discriminatórias por condição socioeconômica (Brasil, 1996; Candido, 1970).

Entre tramas jurídicas e promessas públicas, a ausência de uma lei federal obrigatória gera um mosaico de normas: Municípios como São Paulo (Lei Municipal 16.476/2016) e Salvador (Decreto 28.915/2019) adotam políticas de distribuição gratuita de uniformes, vinculando-as a programas de inclusão social (ex.: kits com mochilas e tênis em áreas vulneráveis); Estados como Minas Gerais (Lei 23.197/2018) e Ceará (Lei 17.381/2021) condicionam o uso do uniforme à gratuidade total ao proibir cobranças indiretas (ex.: obrigatoriedade de compra em lojas credenciadas).

Sob o pano de fundo das disputas silenciosas, escolas particulares, por outro lado, frequentemente incluem cláusulas contratuais que vinculam o uniforme à permanência do aluno, o que gera disputas judiciais por abusividade. Essa fragmentação revela um paradoxo: enquanto o uniforme é defendido como instrumento de igualdade, sua implementação desregulada pode aprofundar desigualdades (Fonseca, 2002; Carvalho, 1996).

Nos bastidores do uso político do vestuário escolar, desponta a tentativa legislativa de institucionalização da igualdade material. Em 2007, o Projeto de Lei 2728 foi apresentado

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

com o objetivo de tornar obrigatório o uso de uniforme padronizado nas escolas públicas brasileiras, da pré-escola ao ensino médio. A proposta estabelece a entrega gratuita de dois conjuntos completos por aluno, incluindo calçado, e proíbe expressamente qualquer uso de *marketing* nas vestimentas, o que permite apenas símbolos oficiais das instituições e entes federativos.

Vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o projeto prevê complementação orçamentária por meio do Fundeb, com base na classificação socioeconômica dos entes federados, o que evidencia um esforço de justiça distributiva dentro das políticas educacionais (Brasil, PL 2728/2007).

Mesmo diante das tensões não resolvidas, do ponto de vista político, a distribuição gratuita de uniformes é frequentemente instrumentalizada como moeda eleitoral. Programas como "Uniforme Nota 10" (Rio de Janeiro) ou "Meu Uniforme" (Pernambuco) são lançados em anos eleitorais, com logomarcas de governos estampadas nas peças, prática criticada por entidades como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que a classifica como político (Fonseca, 2002; Fico, 2001).

Entre os retalhos de um passado excludente e os fios de um presente esperançoso, emergem iniciativas contemporâneas que buscam alinhar o uso de uniformes escolares a princípios de inclusão e sustentabilidade. Em 2020, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Itapipoca, exemplificou essa tendência ao solicitar a aquisição de fardamentos escolares unissex confeccionados com tecido *piquet confort*, contendo no mínimo 50% de algodão, e *design* institucional que inclui gola tipo polo e punhos em malha verde (IFCE, 2020).

Essa iniciativa visa não apenas padronizar a vestimenta estudantil, mas também promover a equidade de gênero e a responsabilidade ambiental ao refletir uma preocupação crescente com a sustentabilidade e a inclusão no ambiente educacional. Além disso, a entrega anual desses uniformes representa uma economia financeira significativa para as famílias dos estudantes, o que contribui para a redução da evasão escolar e reforça a identificação dos alunos em diversas situações.

No entanto, como um tecido que abriga não apenas corpos, mas também narrativas, o uniforme escolar ultrapassa sua função pragmática e adentra o campo simbólico. Se, por

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

um lado, políticas públicas tentam imprimir nele valores de inclusão e sustentabilidade, por outro, é preciso perguntar: o que dizem essas vestes? Que signos sociais, culturais e identitários circulam silenciosamente entre suas costuras? É nesse movimento de leitura crítica que se abre a próxima reflexão: As escritas nas fardas, o que revelam?

3. Veste-se o símbolo, apaga-se o Ser

Por entre as tramas que escondem e expõem, a farda escolar se apresenta como um artefato que materializa valores institucionais e formas de pertencimento regulado. Seus símbolos não se limitam à estética; atuam como dispositivos de significação, cuja função é moldar condutas, disciplinar corpos e inscrever os sujeitos em uma ordem coletiva. Nesse sentido, vestir o uniforme é também habitar um discurso.

No interior desse regime de visibilidade, o fardamento pode ser lido como expressão material de um currículo que seleciona, hierarquiza e naturaliza sentidos, convertendo a aparência em pedagogia silenciosa. Nessa chave, a farda não apenas organiza o pertencimento, mas opera como tecnologia simbólica de governo do corpo ao reiterar parâmetros exógenos de legitimidade, enquanto subtrai do espaço escolar a densidade epistêmica das línguas e memórias amazônicas. Assim, a crítica decolonial desloca o uniforme do plano funcional para o plano político, onde o que se borda e o que se omite compõem uma gramática de poder que produz reconhecimento para alguns e opacidade para muitos (Rufino, 2025).

Ainda que silenciosamente carregado de sentidos, o fardamento escolar não é um artefato neutro. Ele se insere em disputas simbólicas que extrapolam a sala de aula e alcançam os campos da política, da identidade e da memória coletiva. Como um texto que se lê sobre o corpo, a farda mobiliza um léxico institucional cuja tradução nem sempre é imediata, mas cujos efeitos reverberam na formação dos sujeitos, tanto nos modos de ver quanto nos modos de existir (Apple, 2003; Arroyo, 2012).

Como um artefato discursivo que atravessa o tempo, o uniforme escolar conserva vestígios de regimes disciplinares históricos, alinhando-se a dispositivos de controle e

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

normalização amplamente discutidos por autores como Foucault. Ao ser imposto de forma homogênea a diferentes sujeitos, ele contribui para a construção de uma identidade coletiva regulada, mas também revela as tensões entre pertencimento e padronização, entre representação institucional e apagamento das singularidades (Foucault, 2014; Dubet, 2004; Dumont, 2010).

Nesse fluxo entre norma e permanência, é possível reconhecer a farda como parte de um projeto político-pedagógico mais extenso, que envolve não apenas a aparência dos estudantes, mas suas maneiras de ocupar o espaço escolar. Por isso, o uso obrigatório do uniforme frequentemente aparece articulado a discursos sobre disciplina, respeito, segurança e igualdade, ainda que, na prática, esses objetivos sejam atravessados por desigualdades estruturais que a indumentária não resolve, apenas recobre simbolicamente (Apple, 2003; Arroyo, 2012; Gentili, 1995).

É, pois, nesse campo simbólico de força e imagem que a farda se configura como objeto de análise crítica. Ela não apenas veste o estudante, mas o inscreve em um sistema de significados instituído pela escola e pelo Estado, ao assumir o papel de um marcador identitário que opera tanto na ordem do visível quanto no plano do instituído. Antes de observarmos a peça específica em questão, é preciso reconhecer o terreno discursivo sobre o qual ela se apoia, um terreno feito de signos, lemas e cores que não são neutros, mas densamente carregados de sentidos históricos e políticos (Hall, 2006; Bourdieu, 1983; Silva, 2000).

Com o intuito de compreender os processos simbólicos que formam a identidade escolar a partir do vestuário institucional, uma pesquisa realizada em 2024, pela Universidade Federal do Acre (UFAC) analisou o uso do fardamento em uma rede pública de ensino do sul da Amazônia Ocidental. A escolha do campo empírico partiu da relevância dessa região na articulação entre políticas educacionais e dinâmicas territoriais específicas, marcadas por singularidades históricas, culturais e linguísticas. A investigação teve como foco central a análise da farda escolar enquanto artefato discursivo e examinou os seus elementos visuais, textuais à luz das relações entre disciplina, pertencimento e representação institucional.

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

A farda observada, enquanto objeto empírico da pesquisa, revela-se um artefato carregado de intencionalidades visuais e simbólicas, cuja composição remete a uma estética de institucionalidade e autoridade. Sua análise permite não apenas descrever os elementos constitutivos do vestuário escolar em uso, mas também decifrar os sentidos projetados sobre os corpos que o vestem, sentidos esses que articulam valores históricos, lemas clássicos e emblemas de poder ao estabelecer uma narrativa visual que vai além da funcionalidade do tecido, a seguir:



Figura 1- Entre signos e silêncios

Fonte: Dados da pesquisa

Descrição para leitores com deficiência visual: A imagem apresenta um brasão em formato oval com fundo azul-claro. No centro, vê-se a silhueta de um leão preto caminhando sobre um campo verde, ao lado de uma árvore de copa arredondada. Abaixo, há uma estrela vermelha de cinco pontas. Em torno da figura, uma faixa branca traz a inscrição em latim "NEC LUCEO PLURIBUS IMPAR" em letras pretas. O conjunto é envolvido por ornamentos em amarelo e verde que lembram raios e folhas.

Do avesso das matas que respiram por entre cipós e rios caudalosos, emerge a silhueta de um leão; embora, com insistência, o chamem de anta. Sua cauda empinada, o porte altivo e os traços enrijecidos destoam das formas arredondadas, da serenidade corpórea e do focinho suavemente alongado da verdadeira anta, símbolo legítimo da fauna amazônica.

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

Essa figura, alheia aos ciclos e sons da floresta, reproduz códigos visuais moldados em tradições distantes, que pouco dialogam com a vida que brota do chão encharcado. Trata-se, portanto, de um descompasso entre símbolo e território, onde a natureza da Amazônia cede lugar a formas que a observam de longe, sem jamais terem sentido o cheiro da terra molhada (Foucault, 2014; Silva, 2000; Hall, 2006).

Como se bordasse silêncio com fios de distinção, a expressão em latim *Nec luceo pluribus impar*, inscrita sobre o peito discente, não se reduz a uma formulação neutra ou meramente ornamental. Oficialmente vinculada à ideia de “não inferior a muitas estrelas”, ela abre um campo semântico marcado por brilho, elevação, excepcionalidade e prestígio. A imagem da estrela, nesse horizonte, pode evocar tanto luminosidade e grandeza quanto uma aura de superioridade, quase celestial, que afasta o signo da linguagem comum e o aproxima de uma gramática de eminência.

Ainda que não corresponda literalmente à divisa de Luís XIV, a inscrição preserva ressonâncias de uma tradição simbólica ligada à primazia e à exaltação de uma figura que se quer acima das demais. Reinscrita no tecido da farda, essa fórmula deixa de ser apenas herança heráldica e passa a operar como marca de distinção, convertendo o vestuário escolar em suporte de uma pedagogia silenciosa da hierarquia. Em vez de favorecer identificação imediata com os sujeitos e culturas da Amazônia Ocidental, o lema produz distância, soleniza o poder e reveste a escola de um imaginário que se anuncia menos pela partilha do comum do que pela consagração de um brilho reservado.

Quando esse enunciado se reinscreve no tecido da farda, não chega esvaziado de memória: transporta uma semântica de prestígio, seleção e hierarquização. Por isso, sua presença no corpo infantojuvenil não se mostra neutra, pois faz reverberar, em escala cotidiana, um imaginário que educa pelo signo e disciplina pela diferença. À sombra de um idioma apartado do uso corrente, a inscrição latina permanece como vestígio de prestígio institucional, ainda que seu sentido não seja imediatamente acessível a muitos estudantes.

Ao se manter em uma linguagem cujo acesso costuma exigir mediações escolares específicas, o lema pode operar como dispositivo de distanciamento simbólico. Em vez de criar identificação, instaura separação entre o estudante e o saber, entre o corpo e a palavra que o recobre (Silva, 2000; Dubet, 2004; Arroyo, 2012). Por entre ecos de uma tradição que

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

não lhes pertence, os sujeitos escolares tornam-se portadores de um signo que não foi feito para ser compreendido, mas reverenciado. O latim atua aqui como forma de autoridade ornamental ao encobrir com solenidade uma ausência de diálogo com as culturas vivas da Amazônia Ocidental. Trata-se de um vestígio de hierarquias coloniais que insiste em se manifestar na superfície da vida escolar (Apple, 2003; Gentili, 1995; Dumont, 2010).

Como se a farda desejasse ensinar por enigma, o lema estrangeiro transforma-se em emblema de obediência muda. Ao invés de promover aproximação, afirma o poder pela opacidade. Ao invés de educar, institui reverência. Diante disso, o corpo do estudante não é convidado a significar, mas apenas a carregar, sobre o peito, um signo que remete à lógica da exclusão pelo símbolo (Foucault, 2014; Silva, 2000; Hall, 2006).

Na contramão da opacidade que obscurece os sentidos, o lema bordado sobre o peito poderia deixar de reproduzir fórmulas oriundas de tradições aristocráticas coloniais para converter-se em espaço de afirmação coletiva. Em substituição à expressão latina *Nec luceo pluribus impar*, poderiam ser incorporadas inscrições voltadas à valorização do conhecimento, do pertencimento e da diversidade cultural, inclusive em diálogo com línguas indígenas da família Pano presentes na região.

Tal deslocamento permitiria que a língua indígena deixasse de figurar como ausência para tornar-se elo, costura e respiro. Como se cada ponto de linha pudesse ser palavra, os dizeres na farda também poderiam acolher provérbios regionais, fragmentos poéticos ou vozes históricas dos movimentos populares. Mais do que ornamento, a palavra bordada passaria a operar como gesto de reconhecimento simbólico e valorização de epistemologias historicamente submetidas ao apagamento. A palavra bordada deixaria de disciplinar e passaria a convocar.

Por entre linhas que libertam, não que oprimem, poderiam incorporar elementos simbólicos da floresta, dos rios, das casas de farinha e dos cantos de avós. Em vez de estrelas autoritárias, por que não grafismos indígenas, sementes estilizadas ou a representação de um livro e uma árvore entrelaçados? Mais do que trincheira da disciplina, a escola pode ser refúgio onde os saberes respiram.

Como quem veste a esperança e não apenas a norma, uma farda renovada pode ser um instrumento de afirmação cultural, cidadania ativa e pedagogia crítica. Mais do que traje,

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

ela se tornaria manifestação visual do projeto de escola que se deseja construir: plural, viva, dialogante. Nela, cada estudante deixaria de ser número para tornar-se nome e cada frase, seria viva como as águas que atravessam os territórios que eles chamam de casa.

4. Considerações finais

No silêncio engomado das normas que moldam o cotidiano escolar, a farda escolar desenha um mapa de ausências: suas costuras cegas, os fios que não reconhecem a terra úmida da Amazônia, o brasão que troca a anta pelo leão. Cada símbolo figura como gesto de apagamento; cada linha, como inscrição silenciosa entre o Estado e a colonialidade. O código vestimentar não apenas cobre corpos, mas inscreve neles um projeto que nega a floresta como episteme, substituindo-a por heráldicas de um poder que não dialoga com os territórios e saberes locais. Enquanto o tecido toca a pele, os signos incidem sobre a memória.

Sob constelações que não nomeiam os rios da região, o latim *Nec lueo pluribus impar* ecoa como marca de distanciamento linguístico e simbólico. Frase antiga em peito vivo, ela expõe a ironia de uma escola que se pretende plural, mas borda no uniforme uma gramática excludente. Enquanto línguas indígenas permanecem ausentes, o lema de filiação aristocrática persiste como pedagogia do esquecimento. Não há neutralidade nesse desencontro: trata-se de uma costura do poder que, linha a linha, converte a farda em suporte simbólico de exclusão para culturas que a escola pública ainda não reconhece plenamente.

A proposta decolonial, nesse contexto, tensiona o tecido opaco do uniforme. Substituir o leão por referências mais próximas do território e o latim por expressões oriundas de línguas indígenas não constitui mero ajuste estético, mas gesto de reposicionamento epistêmico. Grafismos locais, cores inspiradas na biodiversidade e inscrições culturalmente situadas poderiam transformar a farda em um território de interlocução, no qual a escola passasse a ouvir, com mais nitidez, as vozes historicamente deslocadas para as margens.

Na geografia imperfeita do método, reconhece-se que analisar um único traje escolar é como ler o rio por uma gota: o recorte não autoriza generalizações, mas permite apreender tensões significativas. A ausência das vozes dos sujeitos que vestem a farda, entre eles estudantes indígenas, ribeirinhos e urbanos, torna a análise parcial, embora não esvazie sua

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

potência crítica. Mesmo sem esses relatos, o tecido fala: nas cores, pela limitada presença da biodiversidade; no brasão, pela permanência de signos pouco conectados ao universo amazônico. Resta, então, a pergunta: quantos deslocamentos simbólicos ainda serão naturalizados antes que a escola reconheça o próprio apagamento que ajuda a produzir?

Ao final, compreende-se que a farda pode deixar de funcionar apenas como instrumento de padronização para tornar-se espaço de afirmação cultural e diálogo. Quando desvinculada de signos coloniais e reimaginada a partir dos territórios, das línguas e das memórias locais, ela pode contribuir para outra concepção de escola: menos voltada à repetição de emblemas distantes e mais comprometida com o reconhecimento da pluralidade que a constitui. Nesse horizonte, o uniforme deixa de ser apenas marca institucional e passa a configurar-se como linguagem, presença e possibilidade de reescrita simbólica do cotidiano educacional.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record, 1937.

ANDRADE, Oberdan da Silva; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Bôas Carvalho do. A dialogicidade freireana à luz da internacionalização educativa e libertadora. *Contexto & Educação*, v. 39, n. 121, p. e15898, out. 2024. DOI: 10.21527/2179-1309.2024.121.15898. Acesso em: 12 dez. 2025.

APPLE, Michael W. *Educando o "cidadão" ideal: a escola e a política da cultura*. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Fernando. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAKHTIN, Mikhail (Volochnikov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL. Congresso Nacional. *Projeto de Lei nº 2083, de 2022*. Institui a obrigatoriedade de uso de indumentária estudantil padronizado nas escolas públicas, altera o art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e autoriza a criação, pela União, do Programa Nacional de Uniforme Escolar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2328089>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.728, de 2007. *Institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas instituições públicas de educação básica e cria o Programa Nacional de Uniforme Escolar*. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=535206&filenome=PL%202728/2007. Acesso em: 18 fev. 2025.

CANDAU, Vera Maria. *Identidades e diferenças na educação: reflexões sobre a prática pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1970.

CARVALHO, Marília Pinto de. *A escola e o uniforme: um estudo sobre práticas de controle na escola pública*. São Paulo: Cortez, 1996.

DUBET, François. O que é uma escola justa? Da igualdade de posições à igualdade de oportunidades. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539–555, set./dez. 2004.

DUMONT, Jean-Paul. *Introdução à antropologia*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FONSECA, José Sebastião da. *Educação e sociedade no Brasil: do Império à República*. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indagação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). *Ofício nº 110/2020/DE-ITA/DG-ITA/ITAPIPOCA*. Itapipoca, 27 de outubro de 2020. Disponível em: https://ifce.edu.br/itapipoca/noticias/dispensa-de-licitacao-12-2020/Processo_SEI_23812.000405_2020_41.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

PEREIRA, Josilaine Antunes; HOFFMANN, Valdemir Luís dos Santos; SANTOS, Rafael Tizatto dos. Diálogos entre o conceito de ideologia de Freire e decolonialidade. *Contexto & Educação*, Ijuí, v. 39, n. 121, e15902, 2024. DOI: 10.21527/2179-1309.2024.121.15902. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/15902>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e o pensamento racial no Brasil – 1870–1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSA, Tamara Angélica Brudna da; SILVA, Kléber Aparecido da; DINIZ, Fabiana Kurtz. Apresentação do dossiê: Políticas linguísticas e de internacionalização à luz do legado de Paulo Freire: os inéditos viáveis no/do/para o Sul Global – parte 1. *Contexto & Educação*, Ijuí, v. 39, n. 121, 2024. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/17264/8821>. Acesso em: 12 dez. 2025.

RUFINO, Angela Maria dos Santos. Justiça cognitiva e reexistência curricular: para além da BNCC e do PISA. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 32, e17211, 2025. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/17211/114118578>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**O CORPO QUE A FARDA NÃO PODE COSTURAR:
SIGNOS, SILÊNCIOS E PLURALIDADES NA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA**

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação pública no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1932.

Autora correspondente:

Angela Maria dos Santos Rufino

Universidade Federal do Acre - UFAC

Campus Floresta - Gleba Formoso, Lote 245, Colônia São Francisco, Cruzeiro do Sul/AC, Brasil. CEP: 69980-000.

angela.rufino@ufac.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

